

RÉU EM 34 ACUSAÇÕES

Primeiro ex-presidente dos EUA acusado de crimes, Trump nega e se diz alvo de 'perseguição'



Formalmente réu, Trump senta-se no Tribunal Criminal de Manhattan para ouvir as 34 acusações relativas ao suposto pagamento de suborno a uma atriz pornô para silenciá-la sobre um suposto caso entre os dois antes das eleições de 2016

FORMALMENTE RÉU. Trump senta-se no Tribunal Criminal de Manhattan para ouvir as 34 acusações relativas ao suposto pagamento de suborno a uma atriz pornô para silenciá-la sobre um suposto caso entre os dois antes das eleições de 2016

Em um dia histórico nos Estados Unidos, o 45º presidente do país, o republicano Donald Trump, que governou entre 2017 e 2021, tornou-se ontem o primeiro antigo ocupante da Casa Branca a comparecer a uma corte para ser formalmente acusado de que teria falsificado documentos empresariais dentro de um esquema para esconder informações que poderiam prejudicá-lo na disputa que levou à vitória nas eleições de 2016 — escândalo que, dois ciclos eleitorais depois, o fortalece para a largada da corrida para ser o candidato do seu partido no pleito do ano que vem.

A denúncia é centrada no suposto pagamento de suborno para que a atriz pornô Stormy Daniels não divulgasse detalhes de um caso extracônjugal que teriam tido em 2006 — Trump nega tanto o caso como o suborno. O imbróglio dá ao ex-presidente uma oportunidade de replicar suas habituais táticas: como os holofotes sobre si, volta a pautar o ciclo de notícias e embolizar seus apoiadores com sua retórica belicosa.

A noite, já de volta a Mar-a-Lago, na Flórida, Trump disse que armaram um “falso caso” contra ele.

—Nunca imaginei que algo assim pudesse acontecer nos Estados Unidos — disse ele, diante de uma multidão de apoiadores, ao adentrar o salão ao som de “Proud to be an American” (“Orgulhoso de ser americano”, canção-tema de sua campanha eleitoral), enquanto os presentes grita-

vam “EUA! EUA!”. —O único crime que cometi foi defender destemidamente nossa nação daqueles que procuraram destruí-la.

De terno azul marinho e gravata vermelha, Trump foi posto sob custódia policial no início da tarde, logo após a comitiva de 11 carros encostar no Tribunal Criminal de Manhattan, cujos arredores estavam tomados por forças de segurança e jornalistas. Em um parque na região, uma barricada de metal dividia centenas de manifestantes contrários e favoráveis ao ex-presidente, que gritavam uns com os outros.

SEM ALGEMAS NEM FOTOS

O status de ex-presidente lhe rendeu alguns benefícios: não foi algemado e foi poupado do mugshot, as fotografias tiradas de frente e perfil dos réus. Também não precisou aguardar em uma cela, ficando em um espaço reservado. Cuidados demandados por seu advogado, mas também de uma Promotoria que coreografou os procedimentos para conter ao máximo as oportunidades de o republicano transformá-los em eventos de campanha — Trump levou um cinegrafista para acompanhá-lo.

Após ser fichado e ter os registros criminais, o visivelmente irritado republicano foi levado para a sala onde ocorreu a audiência comandada pelo juiz Juan Merchan. Ao seu lado estavam o conselheiro jurídico Boris Epshteyn e os advogados Todd Blanche, Susan Necheles e Joseph Tacopina.

—Ele está frustrado. Ele está chateado. Mas eu vou dizer algo avocês: ele está motivado e isso não irá contê-lo — disse Blanche após a sessão.

As 34 acusações dizem res-

“Nunca imaginei que algo assim pudesse acontecer nos Estados Unidos. O único crime que cometi foi defender destemidamente nossa nação daqueles que procuraram destruí-la”

Donald Trump, ex-presidente dos EUA

“Hoje nós defendemos nossa responsabilidade solene de garantir que todos são iguais perante a lei. Nenhuma quantidade de dinheiro, nenhuma quantidade de poder abala esse sólido princípio americano”

Alvin Bragg, promotor-chefe de Manhattan

peito à falsificação de documentos empresariais, crime com pena máxima de quatro anos — cada uma delas, pela lei nova-iorquina, representa uma má conduta diferente dentro do mesmo tipo de crime. Ou seja, Trump poderia passar até 136 anos atrás das grades se condenado.

É improvável, contudo, que Trump passe o resto da vida na prisão caso seja condenado. Como o ex-presidente não tem antecedentes e o julgamento deve coincidir com a corrida eleitoral de 2024, o mais provável é que seja poupado do cárcere.

A falsificação de documentos é com frequência uma contravenção em Nova York, mas

o argumento-chave da Promotoria é que os registros falsos foram usados para violar leis de campanha eleitoral, o que constituiria um crime. A junção de ambas as acusações, no entanto, é uma teoria nova e frágil, o que levou juristas a questionarem a iniciativa da Promotoria de apresentar as acusações.

Em entrevista coletiva após a audiência, o promotor-geral Alvin Bragg defendeu-se dizendo que a falsificação de documentos é “o pão e a manteiga” dos crimes de colarinho branco do seu escritório. Ele assumiu as investigações no ano passado, após os trabalhos serem escanteados por seu antecessor, Cyrus Vance.

— Hoje nós defendemos nossa responsabilidade solene de garantir que todos são iguais perante a lei — disse Bragg. — Nenhuma quantidade de dinheiro, nenhuma quantidade de poder abala esse sólido princípio americano.

ESQUEMA DELITUOSO

Os quase cinco anos de investigações da Promotoria de Manhattan determinaram que Trump “orquestrou um esquema” em conjunto com aliados para “influenciar eleição presidencial de 2016 ao identificar e comprar informações negativas sobre si para suprimir sua publicação e beneficiar” suas chances eleitorais.

As 34 acusações dizem respeito ao pagamento de US\$ 130 mil (R\$ 826 mil, em valores corrigidos) na reta final da campanha de 2016 para que Daniels não contasse à imprensa sobre o affair que teriam tido uma década antes, quando Trump estava recém-casado com sua terceira e atual mulher, Melania. A transação pela compra do silêncio de Da-

niels teria sido intermediada pelo então advogado de Trump, Michael Cohen.

Já na Casa Branca, Trump teria reembolsado o funcionário com 11 cheques, relatando os pagamentos como gastos fictícios com despesas legais. Em 2018, Cohen declarou-se culpado de crimes federais envolvendo o pagamento a Daniels e foi condenado a três anos de prisão. Ele afirma ter agido sob ordens diretas de Trump.

Para descrever o que diz ser o esquema maior para influenciar o pleito de 2016, a Promotoria citou evidências de pagamentos feitos pela American Media Inc, empresa à época dona do tabloide National Enquirer, à modelo da Playboy Karen McDougal — a coelhinha do ano de 1998 — que havia procurado a publicação para contar sobre o suposto caso que tivera com o então candidato republicano. Notoriamente próxima de Trump, a publicação comprou os direitos de sua história por US\$ 150 mil, mas nunca a publicou.

Hoje ainda um suposto pagamento de US\$ 30 mil que o tabloide fez a um antigo porteiro da Trump Tower, o edifício do antigo mandatário em Manhattan, que afirmava saber de um filho que Trump teria tido fora do casamento. O jornal depois determinou que a história não fosse divulgada.

No discurso de 30 minutos que fez em Mar-a-Lago, Trump voltou a se referir às acusações como “perseguição política” e insistiu que “não existe um caso” contra ele.

Trump não precisou pagar fiança, já que pela lei nova-iorquina réus de crimes não violentos aguardam em liberdade. Sua próxima audiência está marcada para 4 de dezembro, e o julgamento deve coincidir com a reta final da eleição do ano que vem.

Como réu ou condenado, não há nada na Constituição americana que impeça Trump de assumir a Presidência em 20 de janeiro de 2025 caso vença as eleições. As acusações, porém, podem ser as primeiras de uma série, frente à miríade de imbrólios legais que envolvem o ex-presidente.

Há investigações criminais sobre o papel de Trump no ataque de seus apoiadores ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, para impedir a sessão que confirmaria a vitória do democrata Joe Biden.

Uma pesquisa da Fox News divulgada na quinta-feira, indicou que ele tem apoio de 54% dos eleitores republicanos para as primárias — percentual que aumentou sua distância do segundo lugar, o governador da Flórida, Ron DeSantis, que ficou com 24%.

REPUBLICANOS UNIDOS

Para um partido que começava a se fragmentar frente à não tão distante disputa pela nomeação presidencial, as acusações serviram de elo de união. A defesa a Trump foi praticamente unânime, inclusive por DeSantis e outras figuras que romperam (ao menos temporariamente) com o ex-presidente depois do 6 de janeiro.

“A utilização política que Bragg faz do processo será responsabilizada pelo Congresso”, tuitou Kevin McCarthy, o presidente da Câmara.

Da Casa Branca, contudo, a opção foi pelo silêncio. A portavoiz Karine Jean-Pierre disse que as notícias vindas de Nova York “não foram a prioridade” de Biden ontem, mantendo o que tem sido uma política de não comentar os problemas do antecessor na Justiça.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Mundo **Página:** 18